

SINTTEL•ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e
Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666

22/02/2017 - Sinttel-ES

Atenção!

Nesta 4ª feira tem ASSEMBLEIA

**Dos trabalhadores e trabalhadoras
nas empresas prestadoras de
serviço em telecomunicações**

**18
HORAS**

SINTTEL•ES **CUT** Brasil

Rua Barão de Monjardim, 251, Centro, Vitória

CANAL DE VOZ



SINTTEL-ES

Informativo do Sinttel-ES nº 854 www.sinttel-es.org.br 21/02/2017 | TEL 27 3223-4844



Grupo Claro

PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS - PPR

PRA NÃO PAGAR, EMPRESA JOGA CULPA NOS SINDICATOS

O fato de os Sindicatos não terem aceitado os critérios absurdos e ilegais que a Claro quis impor no acordo coletivo de PPR (programa de Participação nos Resultados) agora é o motivo para ela sair por aí dizendo que pode não pagar o benefício.

A Claro comunicou aos trabalhadores que, por culpa da FENATTEL e seus sindicatos, pode não haver pagamento do PPR no dia 24/02. Com esse papo furado, a empresa colocou os/as trabalhadores/as contra os sindicatos, pois todo mundo que já contava como certo aquele dim-dim.

O Sinttel-ES afirma que ISSO NÃO É VERDADE. A culpa é exclusivamente da empresa que usa essa artimanha para desmoralizar os sindicatos e emplacar no Acordo de PPR os critérios imorais, ilegais e lesivos aos empregados.

Resposta: Os sindicatos impediriam o trabalhador de receber o PPR?

Quem ganharia se a grana não sair? Somente a empresa, que não mexeria no bolso deixando de pagar o PPR para milhares de trabalhadores.

Nas assembleias de avaliação da proposta de Acordo Coletivo de Trabalho, havia uma cláusula que determinava a data de pagamento do PPR. O que não foi aceito, e nem será, são os critérios lesivos e ilegais aos trabalhadores. Eles já tinham sido recusados pela Federação e os Sindicatos na reunião de negociação.

A questão é que tais critérios contêm ilegalidades que contrariam a legislação e o entendimento do TST (Tribunal Superior do Trabalho).

Basta consultar a Súmula 451, que garante o princípio da isonomia, na qual a própria Claro foi condenada, em janeiro deste ano, pela mais alta corte da justiça trabalhista por não dar tratamento isonômico aos trabalhadores no pagamento do PPR (onde nem todos receberiam).

A empresa quer, por exemplo, que só receba o PPR quem trabalhasse pelo menos 6 meses no ano.



Outro critério pretendido era estabelecer o famigerado gatilho, já abolido nas demais empresas e a discriminação entre os trabalhadores da Claro, Embratel e NET.

Esses critérios discriminam os trabalhadores. Por isso, a Federação e os sindicatos ficam impedidos de assinar tal Acordo. Não podemos assinar algo ilegal.

A empresa diz que os sindicatos não querem assinar, quando na verdade nem a FENATTEL, nem os sindicatos, podem causar prejuízo aos trabalhadores. É bem diferente.

Claro diz não ao diálogo

Pensando nos trabalhadores a Comissão de Negociação dos Trabalhadores e a Fenattel propuseram à Claro que pagasse o PPR no dia 24/02, para quem ela considera elegível e continuaria a negociação sobre os excluídos.

A empresa disse NÃO.

Reivindicou-se também um compromisso, no qual a Claro assinaria para não praticar essas regras no PPR 2017.

A empresa também disse NÃO.

Tentou-se de todas as formas achar um meio termo que tornasse possível, dentro do que determina a Lei, negociar o PPR.

Mas os representantes da empresa disseram NÃO.

A Federação e os sindicatos não responderão na Justiça por uma ilegalidade da Claro. Assim como o Acordo Coletivo de Trabalho que, conforme informado em assembleia, só poderá ser assinado com a intermediação do MPT (Ministério Público do Trabalho), pois contém problemas semelhantes.

Portanto, acionaremos a Justiça contra a empresa. Uma denúncia contra a Claro está sendo feita no Sindicato Global (UNI) por descumprimento da Legislação brasileira.

Claro é condenada a pagar PLR a assistente que não trabalhou período mínimo, ESTIPULADO em Acordo, para garantir o benefício

A 4ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) aceitou o recurso de um ex-assistente de atendimento da Claro SA para condenar a empresa ao pagamento proporcional da Participação nos Lucros e Resultados (PLR) dos anos em que o empregado não atingiu o mínimo de dias trabalhados para ter direito ao benefício.

O assistente foi admitido em novembro de 2012 e teve o contrato de trabalho rescindido em julho de 2014, sem receber o pagamento da PLR dos anos de 2012 e 2014.

De acordo com a Claro, o Acordo de PLR estabelecia o benefício para, no mínimo, de 180 dias trabalhados. O trabalhador alegou que essa cláusula do acordo **viola o princípio da isonomia**, uma vez que, "o empregado demitido no decorrer do ano ou contratado após o meio do ano também contribuiu para o atingimento das metas estipuladas".

O juízo da 1ª Vara de São Paulo julgou improcedente (não aceitou) o pedido do assistente, por enten-

der que tal critério para receber a PLR está amparado no Acordo assinado pela Claro e a comissão de empregados e, ainda, sob a assistência do sindicato profissional. O Trabalhador recorreu e a sentença, mas o direito também foi negado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (SP).

No TST a coisa mudou

No recurso de revista ao TST, o trabalhador sustentou que a decisão do

Juízo e do TRT-SP **contrariou o entendimento da Súmula 451 do TST**, uma vez que a norma coletiva (Acordo de PRL) **violou a isonomia ao impor "um desequilíbrio equivocado entre os trabalhadores que laboravam mais de 180 dias e menos de 180 dias"**.

A relatora do recurso, ministra Maria de Assis Calsing, acolheu os argumentos do empregado e determinou o pagamento da PLR de 2012 e 2014 em proporcionalidade aos dias por ele trabalhados.

Segundo a ministra, embora a Súmula 451 faça referência à rescisão contratual antecipada e a condição de contrato vigente na época da distribuição dos lucros, **o entendimento jurisprudencial também deve ser aplicado igualmente ao caso do assistente, uma vez que ele também contribuiu, de forma proporcional, com os resultados, mesmo trabalhando apenas em parte do período.**

A decisão no TST foi unânime.



Sinttel-ES ganhou processo de PLR na BrasilCenter pelo mesmo motivo: discriminação

Em 2011, o departamento Jurídico do Sinttel-ES ganhou um processo nº 935/2007, contra a BrasilCenter na Justiça do Trabalho, pedindo a reparação de uma injustiça cometida pela empresa no pagamento da PLR para 257 trabalhadores (as). Todos foram demitidos durante a vigência do acordo de PLR entre os anos de 2006 e 2007.

O processo vem sendo pago desde então, mas 76 pessoas ainda não foram receber os valores que o processo recuperou (veja lista no site do Sinttel-ES)

O departamento Jurídico do Sinttel-ES está convocando esses/as trabalhadores/as da BrasilCenter para receberem valores referente à PLR de 2006/2007, que estão à espera no Banco do Brasil.

O acordo de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) de 2006/2007 foi discutido e acertado com uma comissão de trabalhadores. Devido à cláusulas que prejudicavam alguns empregados, o Sinttel não assinou o acordo. E diante disso, ingressou na justiça com uma ação coletiva pleiteando o pagamento do

benefício para os demitidos nos seguintes casos:

1) trabalhadores que **NÃO RECEBERAM A PLR** e foram desligados entre maio de 2006 e o primeiro semestre (janeiro a junho) de 2007;

2) trabalhadores que **NÃO RECEBERAM A PLR** e foram desligados entre novembro de 2006 a 03 de maio de 2007;

3) trabalhadores que **NÃO RECEBERAM A PLR** e foram desligados entre janeiro e dezembro de 2006.

Para informações, ligue no telefone 27 3223-4844, fale com Oscarina para ver

se o nome consta da lista dos beneficiados da ação. Se preferir, pode enviar e-mail para juridico@sinttel-es.org.br colocando nome e os dados para contato.

CANAL DE VOZ
Informativo do Sindicato de Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no ES.
Tel.: (27) 3223.4844
Rua Barão de Monjardim, 251, 29010-390 Centro, Vitória - ES
www.sinttel-es.org.br
sinttel@sinttel-es.org.br
Responsabilidade Editorial
A diretoria
Produção: T&T Comunicação e Publicidade Ltda Tel.: (27) 3084-5666
Jornalista: Tânia Trento
(MTE-ES 341/86)



21/02/2017 - CUT

15 de março: Dia Nacional de Paralisação contra o fim da aposentadoria

Presidente da CUT aponta a paralisação nacional como única forma de impedir a Reforma da Previdência

O dia 15 de março será o Dia Nacional de Paralisação Contra a Reforma da Previdência e a CUT (Central Única dos Trabalhadores) convoca a classe trabalhadora para ir às ruas contra o fim da aposentadoria. A convocação é feita pelo presidente da Central, Vagner Freitas, que pede protesto para barrar mais esse retrocesso do governo ilegítimo.

A proposta de Michel Temer feita sem discussão

com a sociedade civil pretende igualar a idade mínima de 65 anos entre homens e mulheres e 49 anos de contribuição ininterruptas.

No vídeo, Vagner Freitas convoca os trabalhadores e trabalhadoras para cruzar os braços contra a Reforma da Previdência. "Temer, você não vai retirar nossos direitos, não vamos morrer trabalhando", afirma o dirigente.

Nos estados, as CUTs já realizam audiências públicas, plenárias nos sindicatos, panfletagem e seminários para alertar toda a sociedade sobre o prejuízo que a Reforma da Previdência pode provocar.

Leia mais em:

<https://www.youtube.com/watch?v=mk8Ht1psCb0>

21/02/2017 - Telesíntese

Lucro da Telefônica cresce 22,6% em 2016

Operadora ampliou sua receita média por usuário, EBITDA, cortou custos e também os investimentos. Apresentou aumento da receita com dados móveis, banda larga fixa e TV por assinatura, e encolheu na telefonia fixa, em voz e interconexões.

A Telefônica Brasil apresentou nesta noite, 21, o resultado financeiro obtido em 2016. A companhia registrou um aumento de 0,9% nas receitas do ano, que somaram R\$ 42,5 bilhões. O lucro líquido aumentou 22,6%, a R\$ 4,08 bilhões, e o EBITDA (lucro antes de amortizações, depreciações e impostos) ficou em R\$ 14 bilhões, melhora de 10,3%. O Capex (investimentos) caiu 1,6%, e somou R\$ 8,2 bilhões.

Os resultados tiveram melhoras em diversas frentes. A empresa também comemorou uma redução de custos operacionais (3,2% no ano, para R\$ R\$ 28,4 bilhões). A receita média por usuário, por exemplo, cresceu 10,8% no quarto trimestre, em relação a um ano antes. Na banda larga fixa, o ARPU cresceu 7,5% no trimestre em função do ticket maior com a expansão dos acessos por fibra. O endividamento bruto da companhia era de R\$ 8,84 bilhões ao final de dezembro, e líquido, de R\$ 2,9 bilhões. A razão dívida líquida/EBITDA caiu no ano, passando de 0,36 em 2015, para 0,22 em 2016.

Celular

A base total de usuários móveis cresceu 0,7% no ano, chegando a 73,77 milhões de acessos. A maior adesão de clientes veio do M2M, área que apresentou crescimento de 18,2% em relação a 2015, para 5 milhões. Mas as linhas móveis

pós-pagas também evoluíram, 9,5%, para 26,1 milhões. No pré-pago, a companhia perdeu 4,3% dos chips, ficando com 40 milhões. O churn mensal no pós-pago ficou estável em 1,8% no ano, e do pré, caiu de 5,7% para 4,6%. O ARPU de voz reduziu em 7,7%, para R\$ 11,7 (no ano), e de dados cresceu 35,5%, para R\$ 16.

A receita do negócio móvel aumentou 1,6% em 2016, atingindo R\$ 25,5 bilhões. No trimestre, o crescimento foi de 2,6%, para R\$ 6,6 bilhões. A empresa encolheu os ganhos em dois dígitos com voz sainte e interconexão, mas cresceu em 23,3% a receita com dados e serviços digitais, que totalizaram R\$ 14 bilhões.

Fixo

Nos acessos fixos, a companhia registrou uma queda de 2,4% na base de usuários, que encerrou o ano com 23,35 milhões de usuários. Houve queda em voz fixa, tanto residencial quanto corporativo, e na TV por assinatura. Mas na banda larga, a base FTtx cresceu 9,3%, para 4,13 milhões de clientes.

A companhia apurou receita de R\$ 16,9 bilhões no fixo, uma retração de 0,2%. Encolheu em voz e interconexão, mas cresceu em banda larga 10,4% no ano, atingindo receita de R\$ 3,9 bilhões. Na TV paga, apesar da perda de assinantes, ampliou a margem e conseguiu crescer em 11,8% no faturamento, que ficou em R\$ 1,9 bilhão.

Modelo atual de cessão de espectro derrubou preços da Banda Larga Móvel no Brasil

Cai ritmo de de redução do custo da banda larga no país, que perdeu posições em ranking internacional com 58 países.

A A4AI (Associação por uma Internet Acessível, em tradução livre do inglês) divulgou nesta semana seu relatório anual que mede os custos do acesso à internet

em diferentes países.

O método da entidade não leva em conta o preço ao consumidor, mas a existência de infraestrutura, penetração, e de políticas públicas de acesso. Os pesquisadores perceberam que essa medição coincide com preços mais baixos por gigabyte trafegado para o consumidor, por exemplo, ao mesmo tempo em que mostra se um país está preparado para a demanda futura.

Com essa fórmula única, a entidade percebeu que há países da América Latina que se saem melhor que outros mundo afora. A Colômbia é o primeiro colocado no Índice de Acessibilidade, com uma pontuação de 72,87. México (71,47) e Peru (70,84) foram segundo e terceiro colocados. Todos têm políticas públicas implementadas para garantir o acesso de populações de baixa renda.

O Brasil aparece em décimo, com nota 60,78. O país caiu no ranking – ocupava a sexta posição em 2015. A pontuação subiu, mas menos que a de outras nações. Fomos ultrapassado por México, Argentina, Ilhas Maurício e Equador. O país recebe elogios específicos à política atual

de concessão de espectro, que prevê leilões periódicos, uso licenciado para testes caso a caso, e planos de ampliação da quantidade de frequências disponíveis para o mercado. O estudo não faz nenhuma projeção a respeito da mudança do modelo de telecomunicações, que pode alterar as regras de cessão de espectro.

"A Anatel tem um plano de alocação de espectro que entrega novas bandas a certos serviços conforme a demanda aumenta, e pratica leilões para garantir o acesso a novas radio-frequências. Abre consultas públicas e considera as contribuições feitas ali, enquanto também verificar o interesse público e a compreensão de destino daquelas faixas para a banda larga", destaca o documento. Esse conjunto fez cair o custo da acessibilidade à internet no país nos últimos três anos.

Com isso, o preço de 1 GB no país é menor que 2% da renda média do cidadão. Isso acontece em apenas 19 dos 58 países pesquisados pela A4AI. O estudo ainda leva em conta a existência do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL).

21/02/2017 - Telesíntese

Brasil vai investir R\$ 26 milhões em projetos IOT e 5G

Programa de MCTIC, RNP e União Europeia vai escolher seis iniciativas piloto de pesquisa em novas tecnologias

O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) abriram edital para financiar projetos de inovação em internet das coisas, redes 5G e computação em nuvem. Ao todo, o Brasil destinará R\$ 26 milhões aos selecionados.

A iniciativa faz parte de acordo de desenvolvimento e pesquisa com a União Europeia, que vai aportar parte do dinheiro nas propostas selecionadas. Serão escolhidos dois projetos de pesquisa e desenvolvimento sobre Computação em Nuvem, três sobre Pilotos em Internet das Coisas e um projeto sobre Redes 5G, totalizando seis projetos.

Podem participar consórcios formados por universidades, institutos de pesquisa e empresas nacionais e europeias. As inscrições vão até 14 de março, aqui.

O financiamento é parte de parceria com os europeus, que também lançaram, lá, um chamamento para pesquisa no valor de € 8 milhões (R\$ 26 milhões). Mas não necessariamente a empresas brasileiras.

21/02/2017 - Convergência Digital

Padronização na internet das coisas pode levar uma década, diz Ovum

Se há um tema comum em debates sobre a internet das coisas é pela necessidade do desenvolvimento de padrões nessa nova onda tecnológica. Mas como ressalta uma análise da consultoria britânica Ovum, isso não significa que as empresas devem esperar para investir na IoT.

“Todos concordam que a Internet das Coisas precisa de padrão, mas na realidade há simplesmente muitos atores buscando que seu padrão seja dominante e o resultado é o mercado altamente fragmentado que temos hoje. No entanto, esperar a clareza emergir é descartar as vantagens de entrar no mercado hoje, enquanto a espera pode levar uma década ou mais”, diz a Ovum.

Segundo essa análise, os custos de implementação de infraestrutura nunca estiveram tão baixos, especialmente no segmento de sensores e componentes microprocessadores. Além disso, os requisitos computacionais podem muito bem explorar as tecnologias em nuvem de última geração.

“A fragmentação do mercado de IoT vai fazer com que muitos usuários de tecnologia esperem por maior clareza e pela emergên-



cia de um vencedor. No entanto, as muitas alianças de IoT e seus padrões atualmente em disputa não mostram sinais de redução. Grandes empresas de tecnologia como ARM, Cisco, IBM, Intel, PTC e Samsung são membros de múltiplas alianças.”

Daí que, para a Ovum, o importante é a construção de um plano de negócios que, baseado no status atual da tecnologia, escolha um dos padrões com bom suporte na indústria – para evitar um fornecedor único – e fortalecido pelos números de retornos sobre o investimento que já podem ser alcançados.

21/02/2017 - Telesíntese

Bancos questionam decisão judicial que autoriza a Oi a pagar pequenos credores

Visão é que proposta de mediação acatada pela 7ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro representa "compra de voto". Oi diz que é forma de garantir a representação dos pequenos credores em assembleia que definirá futuro da recuperação judicial.

Diferentes bancos, entre os quais Banco do Brasil, BNDES, Caixa e Itaú Unibanco, pedem a revisão da decisão que permitiu à Oi negociar com pequenos credores e pagá-los antes dos grandes detentores de títulos da empresa, desde que até o limite de R\$ 50 mil. Os pequenos são 85% dos credores da operadora, que está em recuperação judicial, mas representam menos de 5% da dívida da companhia, de R\$ 65,4 bilhões.

A visão dos bancos é que a permissão dada pela 7ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro, onde corre o processo de recuperação judicial, coloca sob suspeita a votação da assembleia de credores que vai aprovar o plano de recuperação judicial da Oi, uma vez que vão receber o crédito devido apenas aqueles que aceitarem votar pela aprovação.

Para eles, a decisão do juiz Fernando Viana, na prática, autoriza a tentativa de influenciar no resul-

tado da assembleia. Segundo notícia veiculada no jornal Valor Econômico, a petição do Itaú é enfática ao dizer que as recuperandas “pretendem operar verdadeira compra de votos”.

Nem o Itaú, nem a Oi, quiseram comentar. O Tele Síntese obteve acesso à petição da Oi, na qual contesta as acusações. O texto é público, e foi apensado ao processo da recuperação judicial. Nele, a concessionária rebate, dizendo que os bancos se equivocam. “As instituições que pediram o embargo tentam esvaziar a mediação, diminuindo o poder de decisão dos titulares dos pequenos créditos”, diz a Oi.

A companhia afirma que o adiantamento aos pequenos credores “não tem natureza jurídica de pagamento” e que o acordo só seria celebrado depois de aprovado o Plano de Recuperação Judicial. “Caso o PRJ não seja aprovado, o acordo firmado entre as partes será extinto de pleno direito, e as partes

que transigiram retornarão ao status quo anterior à celebração do pacto”, defende a Oi.

Sobre a acusação de compra de votos, a companhia afirma, em sua petição, que se a mediação com os pequenos não tivesse como condição a procuração para voto em favor do plano proposto pela Oi, eles não seriam representados na assembleia. Os credores “certamente, não compareceriam ou não teriam sequer condições de participar do conclave, pois muitos deles, por residirem em outros Estados, ainda teriam que arcar com despesas de transporte e hospedagem, ou custos com advogados adicionais”.

Agora, o juiz Fernando Viana deve decidir se acolhe os embargos de declaração impetrados pelos bancos, ou se acolhe a sustentação da Oi de que a mediação é importante para garantir a representatividade dos pequenos.

22/02/2017 - Portal Vermelho

Aposentadoria integral só com 50 anos de trabalho, defende Temer

O presidente ilegítimo Michel Temer reuniu-se nesta terça-feira (21) com a Comissão Especial da Câmara dos Deputados que analisa a PEC da reforma da Previdência. Na ocasião, afirmou que a intenção do seu governo é deixar o país "inteiramente reformulado" nos próximos dois anos. Para reformular o país, Temer propõe, entre outras medidas, que os trabalhadores só tenham direito à aposentadoria integral depois de 50 anos de trabalho. O próprio Temer, entretanto, aposentou-se aos 55 anos de idade.

Procurando ser didático, Temer afirmou: "Se você fizer 65 anos de idade e 25 anos de contribuição, você já parte de 76% de aposentadoria. Portanto, se você cumprir estes dois requisitos você já tem 76% de aposentadoria. Mas se você começou com 20 anos e contribuiu durante 45 anos, você tem, na verdade, 96% de aposentadoria. Se você trabalhou 50 anos, você tem 100% de aposentadoria", calculou.

Para Temer, as mazelas do país só serão corrigidas com sacrifício e prejuízo do trabalhador. Enquanto isso, ele próprio goza de aposentadoria fora dos padrões dos assalariados brasileiros. Temer requereu sua aposentadoria como procurador do

estado de São Paulo em 1996, quando tinha apenas 55 anos de idade.

Dados do Portal da Transparência do governo do estado de São Paulo mostram que Michel Miguel Elias Temer Lulia, nome de registro do presidente interino Michel Temer, teve rendimentos brutos de R\$ 45.055,99 no mês de junho deste ano, valor bem acima do teto permitido pela Constituição. Descontados R\$ 14.442,75 que ultrapassaram o teto, Temer recebeu mais de R\$ 30 mil brutos. Com o imposto de renda, o líquido ficou em R\$ 22.082,70.

Nome	Orgão	Cargo	Situação	Valor Salarial
MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA	SPREPROV	PROCURADOR DO ESTADO	PROV	45.055,99

Assista ao vídeo com a declaração de Temer:

<https://www.youtube.com/watch?v=cKqXTa5j-vw>

Empresas estrangeiras que a Petrobras quer trazer ao Brasil estão envolvidas em corrupção

Digite no Google o nome das empresas estrangeiras convidadas pela Petrobras para disputar a licitação de sua maior obra nos próximos anos – a construção da Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN), que vai receber o gás natural produzido a partir de 2020 no pré-sal da Bacia de Santos. Acrescente na barra de pesquisa a palavra corruption e virão na tela links com denúncias de pagamento de propina, superfaturamento e sonegação envolvendo essas empresas em canteiros de obra ao redor do mundo, muitos instalados em campos de exploração de petróleo.

A lista é por ordem alfabética. No topo da relação, está a empresa Acciona, da Espanha, acusada por uma empresa alemã por fraude na aquisição de uma estatal de gás natural.

A número 2, a inglesa Amec Foster Wheeler, foi acusada pelo Comitê de Proteção do Petróleo do Azerbaijão, onde atua desde maio de 2001, de operar "com violações da lei". A acusação principal é a de não respeitar regras trabalhistas no país e sonegar impostos.

A número 3, a Areva, da França, foi alvo de um processo movido pela ONG anticorrupção Sherpa por pagamento de propina em negócios de mineração na África do Sul, Namíbia e República Centro-Africana.

Em dezembro de 2014, segundo nota publicada no site do Departamento de Justiça dos Estados Unidos, a empresa norte-americana Bechtel Corporation, a quarta por ordem alfabética da lista da Petrobras, se

declarou culpada num processo por corrupção.

O então vice-presidente foi condenado a 42 meses de prisão, por ter pago 5,2 milhões de dólares em propinas para manipular o processo de licitação para contratos de energia com uma estatal do Egito.

Depois da condenação, o procurador de Justiça Leslie R. Caldwell, da Divisão Criminal do Departamento de Justiça, disse: "A corrupção externa é um flagelo internacional, e vamos perseguir aqueles que aceitam subornos, sejam eles funcionários do governo ou altos executivos corporativos. Toda condenação por corrupção é um passo rumo à erradicação e dissuasão deste problema global".

Mesmo com a condenação de um dos mais importantes executivos, a empresa Bechtel Corporation continuou operando nos Estados Unidos e ao redor do mundo e é por isso que participará da disputa desse contrato da Petrobras, que pode chegar a 1,5 bilhões de reais.

Como mostra o episódio, os americanos, ao contrário dos juizes, procuradores e promotores brasileiros, protegem suas empresas. Prendem corruptos, não acabam com as empresas.

A quinta da lista da Petrobras é outra empresa americana, a Chicago Bridge & Iron Company, apresentado pelo jornal El Espectador, da Colômbia, como o principal elemento no olho da tempestade em que se transformou um contrato com a Reficar, a segunda maior refinaria de petróleo do país, localizada próxima à cidade costeira de Cartagena.

"A empresa (a colombiana Reficar) descobriu recentemente excesso de gastos e operações questionáveis", destacou o jornal. A mesma empresa americana, a Chicago Bridge, se viu envolvida em outro escândalo na Colômbia, desta vez com a Ecopetrol, a maior empresa de petróleo do país, contratada a preços considerados excessivos para serviços em que não tinha experiência.

A sexta empresa na lista da Petrobras é a chinesa subsidiária da Chalco, estatal de alumínio daquele país. Recentemente, o principal executivo da Chalco renunciou depois de ter o nome envolvido em um caso de corrupção na própria China.

A lista segue. Nenhuma busca no Google de nome da empresa acompanhada da palavra corrupção vem sem resultado. Até a alemã ThyssenKrupp, que havia adotado rigorosos sistemas de controle anticorrupção em 2011, se viu recentemente alvo de uma investigação pela suspeita de subornar autoridades turcas.

Para o diretor da Associação dos Engenheiros da Petrobras (AEPET), Herbert Teixeira, a substituição de empresas nacionais por estrangeiras nas grandes obras "obedece ao um padrão recente de entrega das riquezas e serviços da empresa".

Leia mais em:

<http://www.diariodocentrodomundo.com.br/empresas-estrangeiras-que-a-petrobras-quer-trazer-ao-brasil-estao-envolvidas-em-corrupcao-por-joaquim-de-carvalho/>

22/02/2017 - Carta Capital

Informalidade, a cara da crise no Brasil

A legião de informais está de volta: com desemprego em alta, mais de 40 milhões de trabalhadores sem renda fixa e carteira assinada vivem de "bicos"

Desde que perdeu o emprego numa montadora de veículos, em março do ano passado, Richard voltou a viver de "bicos". Aos 40 anos, o ex-metalúrgico pinta paredes e faz pequenos serviços de manutenção e de construção civil para pagar as contas.

"Minha maior preocupação é a prestação da casa, falta muito ainda para quitar", diz sobre o imóvel adquirido num programa de habitação popular, onde mora com a esposa, dois filhos e um neto, de três anos.

Richard está entre os cerca de 12 milhões de brasileiros atualmente desempregados, o que representa um aumento de 37% em relação ao início de 2016, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

A legião de trabalhadores informais está de volta. Trabalhos sem renda fixa viraram rotina para muitos desempregados. Na última década, grande parte deles estava ocupada em postos com carteira assinada, até que uma onda de demissões começou em 2015.

"Isso significa que todos os ganhos que tivemos na década passada em renda e emprego estão sendo perdidos", afirma Giovanni Pinto Alves, pesquisador da Universidade Estadual Paulista (Unesp).

A partir de 2007, o País registrou um aumento contínuo do emprego com carteira assinada. Em 2014, o desemprego terminou o ano em 4,8% – a menor média nacional de toda a série histórica medida pelo IBGE. A tendência se inverteu a partir de 2015.

Para este ano, o cenário é pessimista. "Não vejo perspectiva de que isso [índice de emprego formal] possa ser retomado em 2017 ou nos próximos anos. É o pior cenário desde a década de 1990", avalia Alves.

Dança dos números

Nas estimativas do pesquisador, mais da metade de todos os brasileiros em atividade trabalham atualmente sem carteira assinada. Dados do Ipea referentes ao último trimestre de 2016 apontam que 45% da força de trabalho ativa, estimada em 90 milhões, está na informalidade – quase o equivalente à população da Argentina.

"Esse comportamento do mercado de trabalho tem muito a ver com comportamento macroeconômico", explica Mauricio Cortez Reis, pesquisador do Ipea. "A taxa de informalidade caiu muito nos anos 2000, a partir de 2013 a queda foi interrompida, aumentou um pouco em 2014 e manteve praticamente o mesmo índice em 2015", complementa.

Definir o que é trabalho informal, por si só, já é um desafio. Para os órgãos oficiais, são trabalhadores sem carteira assinada, ou que atuam por conta própria e não contribuem para a Previdência Social, ou ainda aqueles que trabalham sem remuneração.

Mais mulheres que homens vivem nessa situação, 44% e 37%, respec-



Richard, de 40 anos, pinta paredes e faz pequenos serviços de manutenção para pagar as contas

tivamente. A informalidade também é mais comum nos setores de serviços, comércio, construção civil e agricultura, e entre aqueles com menor escolaridade.

Ana Carolina, de 19 anos, experimentou novas ocupações desde que perdeu o emprego no ano passado. Mãe de Gustavo, de quatro anos, ela não concluiu o ensino médio e era recepcionista de um restaurante em seu último trabalho com carteira assinada.

"Há dois meses eu trabalho como captadora de recursos para uma organização. Fico na rua o dia todo abordando pessoas, não tenho salário fixo", conta.

Ela enfrenta uma hora e meia de ônibus diariamente para chegar ao

ponto onde trabalha, na avenida Paulista, em São Paulo. A empresa terceirizada que a contratou não cobre os custos com transporte ou alimentação.

"Se eu não conseguir captar recursos para a ONG entre as pessoas que eu abordo, eu não ganho nada", explica.

Para além da carteira de trabalho

Paulo Fontes, historiador que estuda o mercado de trabalho, lembra que a informalidade vai muito além da ausência da carteira assinada.

"Em geral, a informalidade esteve tradicionalmente associada ao que hoje chamamos de precariedade do trabalho", comenta o pesquisador da Fundação Getúlio Vargas. "Quando pensamos em trabalho informal, pensamos numa certa insegurança, em ausência de direitos."

Para Fontes, o atual aumento do desemprego relembra a crise da década de 1990. "Foi quando o país entrou numa recessão profunda, tomou medidas que aprofundaram a crise com a ideia do ajuste fiscal, do a quem doer e, em geral, dói nos mais pobres, nos mais fragilizados no mercado de trabalho. É bem parecido com o que está acontecendo hoje", conclui.

O cenário complicado também impacta profissionais com boa formação. O engenheiro de produção Guilherme, de 32 anos, não desistiu da pós-graduação após perder o cargo de chefia numa empresa do ramo de energia eólica, que demitiu mais de 400 funcionários.

Enquanto busca uma nova vaga, ele oferece a micro e pequenos empreendedores estratégias de negócios, critérios de satisfação dos clientes e planos de controle.

"Dentro da indústria o hoje é o plano anual, o amanhã significa dois, três ou até cinco anos. Para quem é acostumado a ver isso, olhar para os próximos meses e não saber se vai ter o dinheiro, ou se vai conseguir, muitas vezes assusta", conta Guilherme. "Mas tenho aprendido a focar no agora, no hoje, reduzir as expectativas de planos longos, e fazer o melhor que puder", diz.